

Regulamentando a higiene nos grupos escolares: traçando reflexões e discutindo possibilidade de análise (Santa Catarina, 1911-1918)

Resumo

A presente comunicação tem por objetivo apresentar uma reflexão, em linhas gerais, acerca do movimento higienista no Brasil e em especial Santa Catarina na década de 1910 e suas relações com os grupos escolares, sobretudo em Santa Catarina. Pretende-se ainda discutir a legislação como possibilidade de fontes para História da Educação, sobretudo, para compreensão da higiene prescrita para os grupos escolares de Santa Catarina entre os anos de 1911 e 1918. A lei é aqui percebida a partir das proposições de Edward P. Thompson no livro “Senhores e Caçadores” (1989), não como mera imposição de “cima para baixo”, mas antes como espaço onde são travados inúmeros conflitos sociais. Assim, a lei do mesmo modo que expressa desejos e possibilidades de mudanças sociais deixa entrever costumes, tradições e tensões. O período escolhido para este ensaio diz respeito ao período de atuação de Orestes Guimarães como Inspetor do Ensino Público de Santa Catarina (1911-1918), ocasião em que, convidado pelo Governador Vidal Ramos, deu início a Reforma na Instrução Pública deste Estado, culminando com a criação dos sete primeiros grupos escolares. Deste modo, esta comunicação apresenta possibilidades de análise acerca da higiene nos grupos escolares catarinenses no período escolhido.

Palavras-chave: Higiene; Grupos Escolares; Legislação; Fontes; Santa Catarina

Julia Vieira Tocchetto de Oliveira
Universidade Federal do Paraná
juliavtoliveira@gmail.com

Esta comunicação tem por objetivo apresentar uma reflexão, em linhas gerais, acerca do movimento higienista no Brasil e, em especial, em Santa Catarina na década de 1910, suas relações com a implantação dos grupos escolares, bem como discutir a possibilidade do uso da legislação como fonte para compreender a higiene prescrita para os grupos escolares catarinenses entre os anos de 1911 e 1918, correspondentes à atuação do professor paulista Orestes Guimarães na Inspeção Geral da Instrução Pública de Santa Catarina, quando convidado pelo governador Vidal Ramos, deu início a uma importante reforma no ensino público catarinense. Cabe evidenciar que este ensaio não tem por objetivo esgotar a temática, mas antes traçar discussões e evidenciar possibilidades para pesquisa sobre a temática no âmbito da História da Educação.

Em pauta desde meados dos Oitocentos, o movimento higienista ganha importantes proporções ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiro quartel do século XX. Diante do fim da escravidão (1888) e da formação de uma nova ordem político-social, a república (1889), urgia o propósito de transformar o Brasil em uma verdadeira nação orientada pelos ideais de civilização e progresso, de modo a equiparar-se com os países mais desenvolvidos aos moldes da Europa e Estados Unidos. Neste contexto, higienizar, sanear as cidades e suas gentes, regenerar o país e transformar os habitantes em povo, torna-se imprescindível aos ideais promulgados pelos republicanos brasileiros. As novas descobertas no campo da microbiologia e a medicina experimental acenavam com a possibilidade de curar a nação através dos cuidados com a saúde de seu povo.

Erguida sob o lema de ordem e progresso, a república brasileira assumiu fortes contornos científicos, nos quais procurou fincar suas bases e legitimar-se. Nascida em um período em que as fábricas se multiplicavam, o afluxo de imigrantes europeus aumentava e de forte crescimento nos principais centros urbanos, era imperioso aos governantes republicanos intervenções científicas e educacionais capazes de levar o Brasil aos rumos da civilização e progresso (BERTUCCI, 2007).

Neste sentido, medidas de ordem higienista se fazem necessárias e presentes em grande parte do país. Impulsionar o desenvolvimento da nação requeria transformações na ordem urbana. Assim, uma série de medidas foram tomadas no sentido de reordenar

as cidades, de modo a transformar espaços públicos e privados em ambientes salubres, capazes de salvaguardar a saúde de seus habitantes. Cortiços, habitações coletivas, nos quais viviam grande parte da população mais pobre eram tidos como lugares degradantes e insalubres, nos quais toda sorte de doenças e degenerações morais proliferavam e, por esta razão, deveriam ser removidos do cenário citadino (CHALHOUB, 1996; RAGO, 1985). Em seus lugares seriam construídas largas avenidas e prédios, que atendessem aos preceitos higiênicos.

As medidas de intervenção higienistas iam além da reordenação dos espaços públicos e privados. A higiene propunha-se transformar a nação por meio da regeneração do povo, uma vez que “a civilização brasileira constituir-se-ia através do homem brasileiro: esse tipo diversificado que ora é branco, ora é negro ou índio e que por si só e de antemão, já se apresentava inferiorizado” (MARQUES, 1994, p. 33). Para aqueles que comungavam o ideal de regeneração nacional, a miscigenação indiscriminada de raças constituía-se em perigo iminente à modernidade almejada, uma vez que a constituição biológica do povo brasileiro implicaria heranças genéticas de vícios e “taras”, era imperioso branquear o país (MARQUES, 1994).

Ademais, as precárias condições higiênicas e a falta de asseio no qual vivia grande parte da população, unida ao clima tropical e à falta de educação das pessoas em preceitos básicos de saúde, seriam causas das mais diversas doenças. Entregue a toda sorte de moléstias e vícios o homem brasileiro precisaria ser recuperado, salvo de seu triste destino. Para tanto era preciso aliar iniciativas no âmbito da saúde pública e educação. Nesta conjuntura, discursos eugênicos, que eram debatidos no país na década de 1910 (notadamente eugenia “positiva” e “preventiva”) (STEPAN, 2004), são combinados com propostas higienistas em prol de um “novo” Brasil. Nesses anos o chamado movimento sanitarista, que pretendia a criação de políticas nacionais de saúde e educação para a saúde, ganhou muitos adeptos. Como escreveram Alfonso-Goldfarb e Ferraz,

[...] teríamos aí um quadro em que as ideias eugênicas pareciam fornecer a base para se alcançar o ideal de “ordem e progresso”. Ainda que, nas primeiras décadas do século XX, o que se denominou e considerou

eugenia estivesse confundido com o sanitarismo. Este último, deu sustentação a uma série de medidas propugnadas em finais do século anterior, de forma a regenerar a nação, através dos cuidados com a saúde e educação. Tratava-se de curar um país doente, erradicando doenças e endemias, de forma a trazer civilidade e higiene. (ALFONSO-GOLDFARB e FERRAZ, 2013, p. 12-13).

O movimento sanitarista foi impulsionado com a divulgação, em 1916, do relato da expedição científica (1912) realizada pelos doutores Arthur Neiva e Belisário Penna. Partindo do Rio de Janeiro (Instituto Manguinhos) e percorrendo o chamado Brasil central (Goiás de norte a sul, norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco e sul do Piauí), os médicos Neiva e Penna foram pioneiros nas denúncias do estado de miséria, ignorância e enfermidades em que viviam os habitantes destas regiões. Em viagem pela região central do país os doutores se depararam com a figura do sertanejo. Vivendo em condições precárias e insalubres, abandonados à própria sorte e em estado de completa ignorância o homem do sertão deveria ser curado e, sobretudo, educado. A imigração notadamente europeia para essas regiões foi proposta como uma das soluções para se retirar o sertanejo de seu estado apatia, uma vez que o contato com outras culturas concorreria para ampliar sua percepção de mundo, e a miscigenação com o europeu era bem vinda (BERTUCCI, 2007).

Entretanto os ideais propagados pelos sanitaristas não ficam circunscritos às regiões centrais do país. Espreado-se de norte a sul, o movimento sanitarista alçou grande prestígio, guardando peculiaridades em cada parte do imenso território nacional. Conforme apontam Bertucci e Barbosa (2012, p. 2):

Se, por exemplo, na chamada região central, percorrida por Neiva e Penna em 1912, o imigrante era personagem raro, no sudeste e sul sua presença era marcante, embora de forma diferente em geral, na região sudeste eles estavam nas grandes fazendas de café e nas cidades, como operários e trabalhadores especializados (barbeiros, alfaiates, etc.); enquanto no sul os imigrantes eram encontrados principalmente em povoados (as colônias) e em pequenas propriedades nos arredores das maiores cidades. Diferenças que implicariam ações singulares.

Em Santa Catarina ressoou também o movimento sanitarista, prometendo alavancar o progresso do Estado, higienizar seus espaços e curar a população de doenças e vícios. Nas primeiras décadas do século XX Santa Catarina e a sua capital, Florianópolis,

ostentava ainda fortes características dos tempos coloniais embora desejasse superar aquilo que era considerado atraso e avançar para os padrões modernos de urbanização e civilidade. Era preciso higienizar, sanear. Segundo Teive, “com esse intuito, foi iniciada, nos primeiros anos do século XX, uma verdadeira cruzada saneadora e remodeladora em Florianópolis, que ficou popularmente conhecida como a ‘época do bota abaixo” (2008, p.90). A cidade passava, portanto, por remodelações, com o objetivo de se ajustar ao modelo burguês de sociedade, sendo este processo respaldado por médicos e higienistas.

Desse modo, foi em nome dos novos conhecimentos na área de higiene e da saúde pública, que a capital catarinense passou a ser o cenário de uma série de remodelações e reformas urbanas e de novas formas de controle, de disciplinarização e de segregação social, as quais começaram a ser iniciadas com a retirada em massa, da população pobre que vivia em antigos bairros da região central da cidade [...], cujos hábitos de higiene e de conduta passaram a ser considerados atrasados e inconvenientes para a parcela da população que começava a enriquecer e civilizar-se, aburguesar-se, constituindo portanto uma séria ameaça à modernidade pretendida. (TEIVE, 2008, p.90)

A década de 1910 foi marcante no que tange a iniciativas em prol da remodelação e saneamento dos espaços urbanos da capital catarinense. Neste período ocorre a construção da Avenida do Saneamento, atual Avenida Hercílio Luz, bem como medidas governamentais com vistas à desapropriação de diversas residências localizadas nas regiões centrais da cidade, tidas como insalubres e, portanto, consideradas perigo iminente a saúde pública. Em seus lugares seriam construídos prédios que correspondessem aos preceitos de higiene. Além disso:

A crença de que a concentração do ar, impedido de circular, traria doenças para os habitantes fez com que os poderes políticos instituídos empreendessem a tarefa de alargar as ruas, fazer terraplanagens a fim de facilitar a renovação do ar o que, conseqüentemente, levaria embora os miasmas tão prejudiciais à saúde (NASCIMENTO, 2008, p.52).

Educar, instruir, higienizar foram bandeiras erguidas também entre os catarinenses. Era preciso educar a população de acordo com os preceitos de higiene, de modo a inculcar-lhe novos hábitos, mais saudáveis, capazes de prevenir a proliferação de

doenças e vícios, correspondendo, portanto, aos ideais de civilidade e modernidade pretendidos por uma nova ordem político-social (PYKOSZ e OLIVEIRA, 2009). Desta forma, nessa mesma época o governo de Santa Catarina lança mão de medidas profiláticas que visavam à educação da população para saúde.

Assim, a escola primária, instituição que se renova com propostas que tinham como modelo o grupo escolar (criado na cidade de São Paulo, em 1893) (SOUZA, 1998), foi eleita como *lócus* privilegiado para educação de jovens brasileiros (futuros cidadãos) nos preceitos higiênicos indispensáveis para constituição de uma população capaz de impulsionar o Brasil aos rumos do progresso.

A escola primária graduada ou grupo escolar surgiu em alguns países europeus e nos Estados Unidos em meados do século XIX. Esta forma particular de ensino se distinguia das outras formas existentes até então, baseadas no método lancasteriano/mútuo ou individual. A escola primária graduada apresentava traços inéditos, tendo como principais características o agrupamento dos/das alunos/as em uma única classe, separados por grau de adiantamento e gênero; um/a único/a professor/a ensinando todos/as os/as alunos/as simultaneamente; conteúdos preestabelecidos das diferentes disciplinas e graus e promoção rígida e inflexível dos/das alunos/as (TEIVE; DALLABRIDA, 2011, p. 17-18).

A implantação da escola primária graduada nos países da América Latina, tida como pilar da modernização e progresso desejados, coincidiu com o desenvolvimento da Pedagogia Moderna no fim do século XIX. Tida como veículo indispensável para consolidação do projeto republicano de “ordem e progresso”, a escola primária graduada surge no Brasil logo após a instauração do novo regime, no Estado de São Paulo. Signo da instauração da nova ordem, à escola pública foi dada a tarefa de civilizar, instruir e moralizar a população, novos modos de pensar e agir que estivessem em consonância com os ideais apregoados pela República (CARVALHO, 2003, SOUZA, 1998). Assim:

Proclamada a República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre o passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso, em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo

progresso. Como signo da instauração da nova ordem a escola devia fazer ver. Daí a importância dos edifícios escolares. O rito inaugural repunha o gesto instaurador (CARVALHO, 2003, p. 23).

Sobre este contexto, sob a direção de Caetano de Campos a Escola Normal de São Paulo foi reestruturada para que as mudanças propostas, que culminaram com a criação da Escola-modelo, instituição na qual as normalistas – futuras professoras das escolas primárias paulistas – colocariam em prática seus conhecimentos acerca do método intuitivo e lições de coisas (Cf. SCHELBAUER, 2005; VALDEMARIN, 2000). A partir das experiências da Escola-modelo, passaram a ser implantadas as primeiras escolas primárias graduadas no Estado de São Paulo, que ficaram conhecidas como grupos escolares (SOUZA, 1998; MONARCHA, 1999).

A implantação dos grupos escolares seguia a primazia da seriação, racionalização e padronização do ensino. Deste modo, meninos e meninas alunos dos grupos escolares passam a compor classes homogêneas, de acordo com sua idade, gênero e grau de adiantamento, divididos em quatro séries. A forma de ensino mútuo/monitorial cede espaço a simultânea, capaz de ensinar a vários alunos o mesmo conteúdo com um só professor, com o auxílio imprescindível do quadro-negro. Os programas passam a ser compostos por conteúdos de caráter enciclopédico (até então o ensino primário era restrito ao ler, escrever e contar), tempos e espaços são esmiuçados e racionalizados. Além disso, os grupos escolares contam com a construção de edifícios escolares próprios e imponentes, erguidos de acordo com os novos preceitos médico-higienistas, em geral, localizados nos grandes centros urbanos e capazes de reunir várias salas de aula em um único prédio. Nesta conjuntura surgem também as figuras do diretor e inspetor escolar, responsáveis pela organização e eficiência do ensino (TEIVE e DALLABRIDA, 2011; VIDAL, 2006).

Em Santa Catarina os primeiros grupos escolares passam a ser implantados no início da década de 1910, durante o governo de Vidal Ramos. Nesta época, o Estado de São Paulo e suas instituições escolares eram vistos pelo governo catarinense como modelo de civilidade e progresso que se pretendia alcançar também em Santa Catarina (HOLLER, 2009). Por esta razão, procurando correspondência com o modelo de São

Paulo de escolarização, o professor paulista Orestes de Oliveira Guimarães é convidado, no ano de 1911, por Vidal Ramos a ocupar o cargo de Inspetor Geral do Ensino Público de Santa Catarina, assumindo a direção de uma reforma no ensino público catarinense¹.

Egresso da Escola Normal de São Paulo e com larga experiência na direção de grupos escolares paulistas e na criação das primeiras escolas noturnas para adultos neste Estado, Orestes Guimarães havia atuado em Santa Catarina entre 1907 e 1909, quando reformou o então chamado Colégio Municipal de Joinville, que viria a se transformar posteriormente no primeiro grupo escolar catarinense. Orestes Guimarães fez parte da primeira geração de normalistas republicanos que alcançou grande prestígio e autoridade intelectual ao longo da Primeira República (TEIVE, 2008) ². Segundo Teive,

Suas idéias são uma síntese do positivismo, reinterpretado pelos mestres da Escola Normal, do cientificismo de caráter spenceriano, do liberalismo e das idéias de Comenius, Rousseau e Pestalozzi, reinterpretadas por Norman Calkins e traduzidas/adaptadas por Rui Barbosa. Tal como seus mestres positivistas, acreditava no poder da educação escolar pública na disseminação de uma nova ética, uma ética civil, e de uma atitude prática e científica diante do mundo. (TEIVE, 2008, p.79)

Orestes Guimarães, respeitado por sua trajetória, inclusive realizada em Santa Catarina, era tido como o reformador ideal, capaz de, por meio da educação, levar o Estado catarinense aos novos moldes de civilização. A convicção de Guimarães, que abusava em seus discursos das “figuras preferidas pelos reformadores do primeiro período republicano – escuridão/luz; tradicional/moderno; ignorância/instrução; atraso/progresso” (TEIVE, 2008, p.80), efetivaria transformações educativas imprescindíveis para o progresso de Santa Catarina e ganhou vários adeptos.

Com base nestes postulados, o professor Orestes Guimarães inicia sua reforma com a reestruturação da Escola Normal Catarinense, para que os futuros professores

¹ Importa evidenciar, conforme aponta Holler, que ter como modelo o ensino público primário paulista não significou uma transposição simples e pura destes moldes aos outros Estados. Seus governantes, e isso vale também para Santa Catarina, buscavam correspondência com esta forma escolar, de modo a adaptá-lo as peculiaridades de cada Estado. (Holler, 2009).

² Orestes Guimarães permaneceu no cargo de Inspetor Geral do Ensino Público de Santa Catarina até o ano de 1918, quando foi convidado a exercer a função de Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, onde permaneceu até 1931, ano de seu falecimento.

tivessem plenos conhecimentos da moderna pedagogia, seguido da reestruturação das escolas isoladas e implantação dos sete primeiros grupos escolares no Estado. Assim, organizou inicialmente o Grupo Escolar Conselheiro Mafra, na cidade de Joinville, em 1911 e posteriormente o Grupo Escolar Lauro Muller³, em Florianópolis; o Grupo Escolar Jerônimo Coelho, em Laguna, no ano de 1912 e, em 1913, os Grupos Escolares Vidal Ramos, em Lages; Silveira de Souza, em Florianópolis; Victor Meireles, em Itajaí e Luiz Delfino, em Blumenau.

Os grupos escolares guardavam, no Brasil e em Santa Catarina, íntima ligação com os preceitos higienistas. Escola da República por excelência, aos grupos escolares é dada a missão de “regenerar” o povo por meio da instrução e educação, inclusive a higiênica (tanto higiene das pessoas, quanto a higiene dos lugares e coisas – salubridade). Construídos a partir das normas de cientificidade, esta forma escolar não escapou aos olhares atentos dos doutores, que viam na instrução de pequenos brasileiros a possibilidade de influir em comportamentos para manter a saúde e combater doenças. As crianças ofereceriam maiores condições de serem educadas de acordo com os postulados da higiene, uma vez que ainda não tinham entranhados vícios e hábitos considerados pelos médicos como prejudiciais à saúde (BERTUCCI, 2013). Ademais, a criança poderia ser um meio de educar também os adultos ao levarem para suas famílias os preceitos higiênicos.

Deste modo, os saberes médicos acerca da higiene influem de maneira contundente na implantação dos grupos escolares, adentrando seus muros por meio de uma série de saberes que reconfiguraram os tempos e espaços, os métodos, os conhecimentos a serem ensinados, os materiais e mobiliários escolares, de modo a estabelecer a postura correta do/da aluno/a ao realizar a lição, bem como estabelecendo intervalos de descanso necessários à manutenção da saúde. Segundo Rocha,

[...] a produção e divulgação de estudos sobre o edifício, o mobiliário, os trabalhos escolares e sua influência sobre o crescimento dos alunos e as doenças infantis produzidas ou adquiridas no meio escolar, acompanhadas da constituição de novos campos profissionais, criação de

³ Localizado na região central de Florianópolis, o Grupo Escolar Lauro Muller inaugurado no dia 24 de maio de 1912, foi construído para servir de modelo para os outros grupos escolares do Estado e para prática das alunas da Escola Normal Catarinense. (TEIVE e DALLABRIDA, 2011).

sociedades científicas, realização de congressos, produção de impressos de divulgação de hábitos higiênicos e da institucionalização de serviços de inspeção médica nas escolas, em diversos Estados brasileiros, em sintonia com o que vinha ocorrendo em países europeus, figuram dentre as estratégias que participaram da constituição da escola em objeto do saber médico (2010, p.159-160).

Em Santa Catarina também as teses divulgadas pelo campo médico-higienista influíram na implantação dos primeiros grupos escolares deste Estado. Contando com edifícios próprios e salubres, construídos de acordo com as normas de higiene, estas instituições buscaram seguir de perto os preceitos higiênicos apregoados pelos doutores, atentando para suas mobílias, métodos de ensino, materiais didáticos, espaços asseados e condutas a serem observadas por professores, alunos e funcionários dos grupos escolares; de modo a ensinar e exemplificar as crianças a higidez e o asseio imprescindíveis à manutenção da saúde.

Regulamentando a higiene nos grupos escolares de Santa Catarina: a legislação como fonte para pesquisa em história da educação

As ações empreendidas por Orestes Guimarães na Reforma da Instrução Pública de Santa Catarina foram respaldadas por uma série de decretos e regulamentações⁴ que tinham por intuito a normatização do ensino público catarinense. Estas prescrições atentavam também as normas de higiene veiculadas pelo campo médico ao longo das primeiras décadas do século XX, trazendo prescrições para construção e manutenção do asseio dos edifícios escolares, bem como normas de condutas para professores, alunos e funcionários dos grupos escolares, que estivessem em consonância com os preceitos higienistas. Pretendia-se, desta maneira formar cidadãos que, com conhecimentos nos preceitos básicos de higiene, pudessem salvaguardar sua saúde e de seus pares e, desta forma, contribuir para o progresso e civilidade de Santa Catarina e do Brasil. Assim, para

⁴ São estas regulamentações: SANTA CATARINA. Lei Nº 846 de 11 de Outubro de 1910. **Reformando o Ensino Público**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 587 de 22 de abril de 1911. **Horário e Programa de Ensino para os Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 588 de 22 de abril de 1911. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 597 de 8 de junho de 1911. **Nomeando o professor Orestes Guimarães para o cargo de Inspector Geral do Ensino Público**; SANTA CATARINA. Decreto Nº 614 de 12 de setembro de 1911. **Creando os Grupos Escolares na Capital do estado e outros municípios**.

compreender a higiene nos grupos escolares de Santa Catarina, é preciso compreender também como esta era prescrita.

No que diz respeito à legislação, Edward P. Thompson nos mostra que: “como tal, a lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado” (THOMPSON, 1987, p. 358). Assim, resultado de demandas sociais, a lei traduz costumes do mesmo modo em que expressa possibilidades de mudanças, evidenciando as tensões sociais. Desta forma:

Thompson [...] mostra como o estudo de uma proposta de lei, sua aprovação ou não, expressa sempre o resultado de uma configuração social, os diferentes contornos e disputas desta configuração, que mudam com o tempo com a sociedade. (BERTUCCI, FARIA FILHO e OLIVEIRA, 2010, p. 38)

Nesta conjuntura, ao tomar a legislação como fonte para pesquisa em História da Educação, sobretudo para análise da higiene prescrita para os primeiros grupos escolares de Santa Catarina, se faz necessário tentar também captar indícios de tensões e demandas sociais.

A historiografia contemporânea, sob a influência da Nova História (e os debates que proporcionou), ampliou nas últimas décadas a própria concepção de documento histórico e multiplicou os temas de pesquisa. Como escreveu Le Goff (1990, p. 29) aconteceu uma “revolução documental”, de modo a considerar os mais diversos textos/indícios/materiais como possibilidades de fontes para pesquisa em história com ênfase na valorização do informal e do cotidiano. Assim ganharam ênfase como possibilidades de fontes: memórias, diários, fotografias, materiais de escavações, documentos orais, impressos, registros paroquiais, processos judiciais, estatísticas, elementos da cultura material dentre outros. Tal concepção teve suas ressonâncias também na História da Educação, que para além de documentos emanados do Estado, procura vestígios para compreensão dos processos educativos, formais e/ou informais, em fontes tais como cadernos de alunos/as, relato de professores/as, memórias, fotografias, impressos, mobiliários escolares e etc. Entretanto, cabe ressaltar que a Nova

História para além da ampliação dos usos de outras fontes históricas redimensiona também o olhar e as formas de inquirir documentos já utilizados.

Deste modo, tão importante quanto o tipo de fontes utilizadas para pesquisa é o olhar que lançamos a estas e para fontes tradicionalmente utilizadas pelos historiadores, como a legislação, para as formas de inquiri-las. Portanto, a utilização de leis, decretos e documentos oficiais como fontes corresponde, em certa medida, a esta perspectiva, uma vez que o legal não é tomado aqui como expressão unívoca de fatos históricos, mas antes como possibilidade de interpretação de conflitos, demandas sociais e costumes que permeavam as prescrições para higiene nos grupos escolares de Santa Catarina durante o período estudado.

Importa evidenciar que as fontes não são dotadas de neutralidade e objetividade. Conforme lembra Ragazzini (2001, p. 14) “[...] as fontes não falam *per se*. São vestígios, testemunhos que respondem – como podem e a um número limitado de fatos – às perguntas que lhes são apresentadas. A fonte é uma construção do pesquisador [...]”. Para este autor as fontes são partes integrantes da própria operação historiográfica, devendo ser lidas em suas múltiplas relações, tais como:

[...] relações subjacentes a sua produção, seleção, modo de reunião, conservação e, também, de forma comparativa, na perspectiva de encontrar reiteração ou especificidade diferencial. Comparação não somente com outras fontes análogas-homólogas ou heterólogas, mas também com outros lugares de produção, com outros momentos de transmissão, com outros estudos que a interrogam (RAGAZZINI, 2001, p. 17).

No que diz respeito às fontes para história da educação, Ragazzini (2001) aponta para dois aspectos que devem ser levados em consideração. Em primeiro lugar o autor destaca os usos das fontes para história da educação, ou seja, aquelas que auxiliam na compreensão dos processos educativos em suas relações com os contextos aos quais estão inseridos, tais como documentações oriundas das normas da jurisprudência, dos debates legislativos, da administração pública, dos partidos políticos e/ou do Estado. Deste modo a análise de fontes tais quais relatórios da inspetoria de higiene, mensagens do governo do Estado e/ou meios de circulação de idéias acerca dos saberes médico-

higienistas são essenciais para compreensão das formas pelas quais a higiene foi prescrita nos grupos escolares catarinenses, de maneira a correlacioná-las com o contexto mais amplo de suas produções.

O segundo aspecto evidenciado por Ragazzini (2001) trata dos usos das fontes da história da educação e da escola, isto é, das documentações que provêm das próprias práticas escolares. Portanto, são importantes os usos de fontes provenientes, de maneira direta ou indireta, do interior dos próprios grupos escolares catarinenses, dentre estas, relatórios de inspetoria escolar, correspondências, minutas e/ou circulares enviados a Diretoria da Instrução Pública de Santa Catarina pelos diretores e/ou inspetores dos grupos escolares.

No que tange a legislação como fonte para História da Educação, Faria Filho (1998), propõe que lancemos a esta um olhar em suas múltiplas dimensões. Desta maneira, o autor corrobora com a perspectiva de Thompson, recusando a idéia de lei como expressão de imposições, destacando seu caráter dinâmico. Assim sendo, para Faria Filho (1998) a legislação educacional como fonte pode ser lida em seus aspectos de ordenamento jurídico, linguagem, prática social e campo de expressão das relações e lutas sociais. Considerar esta diversidade de aspectos implica em compreender a lei em sua dinâmica de produção, seus meios de circulação e organização, os sujeitos que a produzem e as formas de execução e/ou apropriação, levando-se em conta, inclusive, as próprias estratégias de burla das prescrições legais.

Compreender a higiene nos grupos escolares de Santa Catarina no período de sua implantação a partir da legislação implica em tentar compreender suas múltiplas dimensões, bem como as possíveis tensões e demandas sociais que as permeavam. Ademais, é preciso também entender que a lei por si só não é suficiente para se captar os indícios de tensão ou possibilidades de burla desta. Portanto, fontes complementares tais como memórias, jornais, e etc. são imprescindíveis para a análise da higiene nos grupos escolares catarinenses.

Considerações

Na última década do século XIX e primeiras décadas do século XX, diante da recente Proclamação da República, os grupos escolares, que tinham por modelo as escolas primárias graduadas de São Paulo foram implantados em grande parte de país. Consideradas escolas da República por excelência, a estas instituições fora dada a tarefa de educar os pequenos brasileiros (futuros cidadãos) em consonância com os ideais de ordem e progresso apregoados pelos republicanos. Nesta conjuntura, educar as futuras gerações nos preceitos de higiene aparece como medida capaz de impelir a nação aos rumos da civilidade e progresso, de modo a formar sujeitos capazes de salvaguardar sua saúde e de seus pares.

Desta maneira os preceitos higienistas, veiculados pelo movimento sanitário, influi de maneira contundente na implantação dos grupos escolares. Também em Santa Catarina esta influência é visível. Para além de se ensinar as crianças que frequentavam estas instituições os preceitos básicos de higiene e asseio, os grupos escolares contaram com a construção de prédios próprios, imponentes e salubres. Os métodos de ensino, materiais didáticos, mobiliários e etc. eram então pensados e prescritos em concordância com as teses advindas do campo médico-higienista. Pretendia-se, deste modo, educar para saúde, bem como exemplificar por meio dos cuidados com a higiene dos espaços escolares o asseio e higiene necessários à manutenção da saúde. Estas ações culminaram em uma série de prescrições de higiene para os grupos escolares. Assim sendo, compreender os aspectos higiênicos presentes no momento de implantação dos grupos escolares catarinenses implica em tomar a legislação também como fonte, sem, entretanto, perder de vista suas múltiplas dimensões e suas limitações ao fazer historiográfico, mas antes entendê-la como possibilidade profícua de análise.

Referências

ALFONSO–GODFARB, A. M. FERRAZ, M. H. M. Prefácio In: MOTA, A. MARINHO, M. G. S. M. G (Orgs.). **Eugenia e história** São Paulo: FMUSP; Universidade Federal do ABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, pp. 11–14.

BERTUCCI, L. M. Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro. In: DINIS, N. F.; BERTUCCI, L. M. (orgs.) **Múltiplas faces do educar**: processos de aprendizagem, educação e saúde, formação docente. Curitiba: Editora da UFPR, 2007. pp. 115 – 124.

BERTUCCI, L. M. Sanear a raça pela educação. Teses da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, início dos anos 1920. In: MOTA, A.; MARINHO, M.G.S.M.C. (Orgs.) **Eugenia e história**. São Paulo: FMUSP; Universidade Federal do ABC; Casa de Soluções e Editora, 2013, pp. 219-238

BERTUCCI, L. M. FARIA FILHO, L. M. de, OLIVEIRA, M. A. T. de. **Edward. P Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

BERTUCCI, L. M. BARBOSA, F. G. Legislar para educar e transformar. Higiene e salubridade no Paraná, final dos anos 1910. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/504.pdf> acesso em 02 de janeiro de 2014

CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República** e outros ensaios. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FARIA FILHO, L. M. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: _____ (org.) **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: autêntica, 1998. p. 90 – 125.

KUHLMANN JR. M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, L. M. de. (Org.) **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

HOLLER, S. A. O. **Escolarização da infância catarinense**: a normatização do ensino público primário (1910 – 1935). Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2009.

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 25 - 64.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discursos eugênicos. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MONARCHA, C. **Escola Normal da Praça**: o lado noturno das luzes. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

PYKOSZ, Lauseane C. OLIVEIRA, Marcus A. T. A higiene como tempo e lugar do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, jan/jun 2009. PP. 135-158

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? In: **Educar em Revista**. Dossiê História da Educação: instituições, intelectuais e cultura escolar. Curitiba: Editora da UFPR, n. 18, 2001, p. 13 – 28.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA, Heloísa Helena P. Cultura Escolar e Práticas de Higienização da Infância na Escola Primária Paulista. In: VIDAL, D. G.; SCHWATRZ, C. M. (org.) **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. pp. 159 – 195.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918 – 1925). Campinas: mercado das letras, 2003.

SCHELBAUER, A. R. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M.H.C. (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. Vol II: Século XIX, p.132-149.

SILVA, V. L.G da. Vitrines da República: os grupos escolares em Santa Catarina (1988 – 1930) In: Vidal, D. G. (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 2006. pp. 341 - 376

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890 – 1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, L. M. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: Vidal, D. G. (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 2006. pp. 21 - 57

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Org.) **Cuidar, controlar, curar**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p.331-391.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar**: Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós – Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Uma vez normalista, sempre normalista”**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni; DALLABRIDA, Norberto. **A escola da República** – os grupos escolares e a modernização do ensino primário em Santa Catarina. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras, 2011.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores**. Petrópolis: Vozes, 1987.

VALDEMARIN, V.T. Lições de coisas: concepção de científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES**. Campinas, ano XIX, nº 52, p.74-87, nov. 2000.

VIDAL, D. G. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, D. G. (org.) **Grupos escolares**: cultura escolar primária e a escolarização da infância no Brasil. Campinas: Mercado das Letras, 2006. pp. 21 - 57